



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DE
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

LARISSA WELANE MOREIRA DE JESUS

**PENSANDO PATRIARCADO E GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO DE
RELACIONAMENTOS HETEROAFETIVOS ABUSIVOS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

LARISSA WELANE MOREIRA DE JESUS

**PENSANDO PATRIARCADO E GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO DE
RELACIONAMENTOS HETEROAFETIVOS ABUSIVOS**

Projeto de trabalho apresentado à Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-brasileira, como requisito básico para conclusão do curso de graduação em Bacharelado em Humanidades.

Orientadora: Maria Andrea Santos Soares

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

LARISSA WELANE MOREIRA DE JESUS

**PENSANDO PATRIARCADO E GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO DE
RELACIONAMENTOS HETEROAFETIVOS ABUSIVOS**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovada em 29/10/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Andrea dos Santos Soares - Orientadora

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof.^a Dr.^a Carla Craice da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof.^a Dr.^a Caterina Alessandra Rea

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. OBJETIVOS	07
2.1. OBJETIVO GERAL	07
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	07
3. JUSTIFICATIVA	08
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
4.1. PRINCIPAIS CONCEITOS	11
4.2. RELACIONAMENTOS ABUSIVOS E A LEI DE PROTEÇÃO À MULHER	13
5. METODOLOGIA	16
5.1. GRUPO FOCAL	17
5.2. QUESTIONÁRIO	18
6. CRONOGRAMA	20
7. REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem observado e ouvido em nossa sociedade sobre o número de mulheres agredidas e violentadas, aspecto demonstrado pelo crescente quantitativo de denúncias vindas dessas mulheres. Vê-se cada vez mais a necessidade da desconstrução referente a diferenciação negativa do homem à mulher em diversos âmbitos, seja na família, no trabalho ou na rede de amigos as quais estas estão inclusas. Sabendo que há uma grande demanda no que tange a violência doméstica e familiar que resulta muitas vezes na morte de mulheres por seus cônjuges, este projeto destina-se a busca dos estágios anteriores a violência física sofrida, que por mais sutis que sejam constituem as bases dos abusos e podem findar num crime. Sendo assim, este trabalho tem o intuito de identificar e apresentar alguns desses estágios a partir da discussão sobre as construções ideológicas de gênero e patriarcado.

Dispondo do título: Pensando Patriarcado e Gênero na Constituição de Relacionamentos Heteroafetivos Abusivos, este projeto propõe uma reflexão que parte da problemática sobre como os ideias patriarcais e de gênero fomentam e podem criar bases para relacionamentos heterossexuais abusivos onde mulheres são as mais prejudicadas. Baseia-se num debate entre autoras intelectuais e feministas que versam sobre uma construção patriarcal das estruturas sociais e também à uma exposição direcionada a construção social do gênero. O conceito de relacionamento abusivo e seus tipos será abordado, como também dados estatísticos e termos relacionados a Lei nº 11.340 de 2006, Maria da Penha.

Este trabalho será delimitado a mulheres com faixa etária a partir dos 18 anos de idade, residentes da cidade de Santo Amaro da Purificação, que estejam ou que já estiveram em um relacionamento heterossexual onde sentiram/sentem algum desconforto pessoal com seus respectivos parceiros levando em consideração as explicações feitas com relação a relacionamentos abusivos apresentadas neste texto. A princípio, a ideia da identificação deste desconforto há de ser estabelecida através da metodologia a ser apresentada e descrita posteriormente.

A opção metodológica se faz principalmente na escolha de técnicas que possam deixar o público alvo desta pesquisa à vontade e que ao mesmo tempo o tema seja discutido e analisado. A partir disso, a análise e discussão serão proporcionadas pelos grupos focais, sendo estes utilizados dando vez a exposição de ideias que servirão como medida de comparação para se saber através dos argumentos colocados o que há em comum diante a visão de abuso entre as participantes. Com relação aos questionários estes serão aplicados

pensando numa contribuição onde possíveis constrangimentos sejam evitados e a praticidade diante as respostas seja efetiva.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Mostrar como o imaginário sexista de superioridade masculina e inferioridade feminina cria bases para o exercício do controle psicológico masculino sobre a mulher pensando os conceitos de patriarcado e gênero.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever atitudes psicológicas abusivas de homens contra mulheres dentro de relacionamentos heteroafetivos;
- Analisar a relação entre os relacionamentos heteroafetivos abusivos com as estruturas patriarcais e as dinâmicas de gênero;
- Compreender a categoria dos abusos psicológicos sofridos por mulheres em seus relacionamentos e como estes podem ser sustentados através de um ideal patriarcal e de gênero.

3. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deste projeto se vale tanto em função das minhas experiências com familiares e pessoas próximas que já estiveram em contato com situações deste tipo, quanto pelo indicativo alarmante de denúncias de violência contra mulheres espalhado de norte a sul que exhibe uma grande quantidade de mulheres agredidas, violentadas e mortas por seus parceiros/ex-parceiros. Também por conta da minha própria condição feminina heterossexual, pois só por este fato, em algum momento da vida posso estar sujeita a esse tipo de abuso e/ou fazer parte dessas graves e inaceitáveis estatísticas.

Para efetivar esta pesquisa serão utilizadas algumas teorias do campo de estudos sobre gênero, sociologia e feminismo alinhado a discussão acerca do patriarcado. Será discutido também como o sexismo está presente dentro destas narrativas onde a diferença do masculino e o feminino se torna cada vez mais visível e apresentada inúmeras vezes em diversas mídias sociais (jornal, TV, internet...) assim como nos dados estimativos mostrados no índice de violência contra a mulher.

Falando da questão da desigualdade de gênero, as políticas públicas para mulheres no Brasil surgem a partir de pressões feitas por movimentos feministas que exigiam proteção a mulheres que viviam algum tipo de risco familiar bem como se estas sofressem qualquer dano referente a seus direitos enquanto cidadã. Ainda assim, a desigualdade persiste, para além da violência, na desproporção de oportunidades no mercado de trabalho, renda e educação por exemplo.

Por muito tempo a violência contra a mulher foi vista dentro da sociedade como algo natural, transformando provérbios do tipo “em briga de marido e mulher não se mete a colher” na única resposta que podia explicar as milhões de mulheres que sofriam agressões. O disfarce do particular em que ninguém pode intervir é conivente à violência exercida, pois nesses casos o íntimo/pessoal também é político e pode abarcar relações de dominação, precisando ser visibilizado e denunciado tal qual como mencionado pelo movimento feminista e visibilizado como seu slogan por bastante tempo.

Tomando como ponto de partida a construção sexista presente em muitos contextos sociais, é de grande importância analisar fatores que demonstrem como mulheres têm um tratamento diferenciado negativamente perante a sociedade. Uma das esferas onde há essa diferenciação é nos relacionamentos heterossexuais que as mulheres buscam, que muitas vezes podem ser abusivos, causando danos psicológicos e físicos a elas.

A execução desta pesquisa ajudará a elucidar alguns pontos que sejam importantes para se caracterizar um relacionamento como abusivo; como determinadas atitudes de cunho sexista influenciam na opressão, e por vezes morte, de mulheres por seus parceiros ou ex-parceiros.

Os dados que já existem com relação a violência contra mulher se apresentam desde:

- Brasil que entre 2003 e 2013, em uma amostragem de cada 100 mil mulheres teve o número de vítimas aumentado de 3.937 para 4.762, mostrando um acréscimo de 21% dos homicídios femininos de acordo com o Mapa de Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015);
- Bahia, apresentando um total de 111 homicídios dolosos, 5.201 casos de lesões corporais e 10149 de ameaças, no período de tempo de 5 meses; janeiro a maio de 2017 (G1, 2017);
- E Santo Amaro (local de coleta de dados desta pesquisa), que segundo o senso de 2008/2010 mostrado no Mapa de Violência elaborado no ano de 2012, exibe uma margem de população feminina de 30.045, onde a taxa de homicídio destas mulheres marca 13,3% no ano de 2010 assim, esta cidade ocupa o 24º lugar no ranking nacional de municípios com maior índice de violência contra a mulher (WAISELFISZ, 2012).

Porém estes dados só mostram informações estatísticas (quantidade de mortes ou agressões sofridas por mulheres) que já aconteceram e não os passos anteriores, que por menores que sejam, constroem a cada dia a formação de violência e culminam num crime. Tendo isto em vista, o presente trabalho tem o objetivo de mostrar e analisar alguns destes passos.

É importante salientar que aqui não há pretensão de universalizar contextos e/ou vivências, somente demonstrar algumas discussões pertinentes que se enquadram nas realidades em que o local de desenvolvimento desta pesquisa engloba. Neste sentido, embora não seja o foco deste projeto de pesquisa num primeiro momento, reconhece-se que um ponto de extrema relevância diz respeito a como as intersecções entre raça e gênero e gênero e transgeneridade podem mudar ou não a experiência do abuso nos relacionamentos heterossexuais. Segundo Silva (1987, 1991) e Berquó (1988) (apud Souza 2008, p. 70)

(...) os casamentos no Brasil se orientam por um padrão homogâmico levando-se em conta uma série de variáveis, entre elas a categoria "raça".

Assim, a mulher negra, de acordo com os dados censitários, vem sendo sistematicamente preterida como candidata nupcial.

Assim como afirma Bertho (2018)

Um homem cis que assuma uma namorada trans é tão raro que isso pode levar algumas a aceitarem relações ruins. "Uma amiga minha passou por algo muito ruim, abusivo e aceitava. Ela me dizia: 'onde vou arrumar outro que me assuma?'

Portanto a junção das categorias gênero e raça ou gênero e transgeneridade podem sim influenciar diretamente na maneira como diferentes mulheres vivenciam a experiência de um relacionamento heteroafetivo abusivo.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1. PRINCIPAIS CONCEITOS

Este trabalho versa sobre relacionamentos abusivos e como estes tem um forte impacto na vida de diversas mulheres em nossa sociedade. Para um maior aprofundamento neste assunto serão abordados e discutidos aqui os conceitos de gênero, patriarcado e relacionamentos abusivos com enfoque nos tipos de abusos psicológicos mais presentes dentro das realidades que o local de desenvolvimento desta pesquisa abrange.

Segundo Saffioti (2004) gênero é a construção social do masculino e do feminino, e levando isto em consideração, os papéis que cada uma dessas categorias são definidas diante a sociedade e o Estado apresentam um grande peso ao se debater sobre este assunto. O gênero acaba por se traduzir em um conjunto de expectativas direcionadas aos indivíduos, onde este se associa direta ou indiretamente ao sexo biológico. Nas palavras de Judith Butler (2003, p. 24) “A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito”.

Etimologicamente, a palavra patriarcado vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *archie* (comando) (LIMA, 2010 p. 35), ou seja, o domínio e o controle provém do homem dentro da sociedade. Segundo Morgante e Nader (2014) a dominação e exploração feminina se interligam dentro da concepção de patriarcado e; tendo em vista este conceito, é nítido perceber como atitudes que subjagam as mulheres e as mantêm como dependentes de seus parceiros são implantadas e consideradas normais no imaginário montado pelo sistema patriarcal.

No campo teórico feminista existem diferentes enfoques relacionados aos conceitos de gênero e patriarcado referentes a estrutura de dominação sofrida por mulheres a partir de um caráter socio-histórico. Autoras como Heleieth Saffioti (2004), Mirela Morgante e Maria Beatriz Nader (2014), defendem uma discussão que tende mais à análise da construção patriarcal das sociedades, levando em consideração também seus aspectos psíquicos e econômicos. Já intelectuais como Lia Machado (2000) e Judith Butler (2003) incorporam uma argumentação mais voltada à construção do termo gênero.

Na construção do termo gênero alguns papéis sociais são esperados e algumas características pré-determinadas reúnem-se em torno dos indivíduos em sociedade. Dessa forma, condutas e caracteres físicos constituem e afirmam os ditos padrões de feminino e de

masculino através da cultura. Butler questiona essa visão a partir de uma ótica voltada à desconstrução do gênero como substância/essência, algo estável e inerente ao indivíduo e segundo ela: “Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino” (BUTLER, 2003, p. 26). A partir dessa lógica Judith critica a famosa frase da autora Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se” pelo argumento de que “Não há nada (...) que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (BUTLER, 2003, p. 27). Levando isto em consideração, no que tange o fenótipo, existe uma educação social particular onde o indivíduo atribuído ao corpo da fêmea é ensinado a ser mulher e portar-se como uma; porém nem todas mulheres podem estar nesse biótipo de fêmea. Em consonância a estes argumentos as relações de gênero para Machado (2000, p. 6) “São o resultado de um “arbitrário cultural”, isto é, nada há de determinante no sexo biológico que faça com que feminino e masculino se definam ou se relacionem desta forma”.

Se tratando do patriarcado, Morgante e Nader (2014), o definem como um sistema de dominação efetivado por homens sobre as mulheres mostrando que o controle, principal base patriarcal, é perpetrado não apenas no meio familiar, trabalhista ou político. Este se apresenta compondo a dinâmica social como um todo, instalado no inconsciente de homens e mulheres no âmbito individual e coletivo. Saffioti (2004, p. 101-102) reitera esses argumentos incrementando ainda como o patriarcado não só domina e explora as mulheres como também as põe umas contra as outras

Além do patriarcado fomentar a guerra entre mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. (...) mulheres desempenham com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças e adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo.

Assim, fica ainda mais complicado fragmentar essa engrenagem diante da relação de dominação material e simbólica dos homens sobre as mulheres, sendo que a mesma naturaliza comportamentos que privilegiam e colocam indivíduos masculinos num patamar com acúmulo de poder e os femininos num local de exploração e subserviência.

Uma outra perspectiva neste debate diz respeito à colocação da antropóloga argentina Rita Segato (2017), a qual propõe que o abuso não se trata de um problema puramente individual de homens e mulheres, é importante pensa-lo como algo social baseado no

patriarcado instituído na nossa sociedade através da violência. Assim como o Estado necessita dominar o cidadão, o homem se vê na necessidade de dominar a mulher por conta de estigmas criados. Dentro dessa lógica existe uma educação que forma homens, onde quesitos como masculinidade e virilidade transformam não somente mulheres em vítimas, bem como os próprios homens já que os mesmos são julgados e/ou malvistas caso ajam de uma forma diferente daquele rótulo que já lhes impuseram.

Pensar relacionamentos abusivos a partir desses pontos de vista, relaciona-se a partir do gênero com a dicotomia feminino versus masculino que se baseia numa ideia de estagnação referente ao conceito de gênero, ou seja, coloca o homem e a mulher como seres pertencentes a categorias que apenas podem desempenhar determinadas ações e comportamentos se fundindo a estas pelo sexo. O patriarcado se coloca como modelo também que não progride já que se concebe uma superioridade inata ao homem, que automaticamente inferioriza o sujeito feminino.

4.2. RELACIONAMENTOS ABUSIVOS E A LEI DE PROTEÇÃO À MULHER

Relacionamentos abusivos podem se apresentar em diversas categorias de interação pessoal entre indivíduos de qualquer gênero, tais como na família, com amigos e cônjuges (foco principal desse projeto). São caracterizados essencialmente quando um dos envolvidos assume uma postura exagerada de controle sobre o outro, postura essa que ultrapassa os limites do respeito interpessoal com a finalidade de atingir os seus próprios interesses, prejudicando intimamente quem sofre este tipo de violência. Diante disso, levando em consideração o sexismo instaurado e difundido nos meios sociais através de um pensamento patriarcal e de construção de gênero, mulheres são o alvo maior deste tipo de abuso em seus relacionamentos.

São inúmeras as maneiras de se expressar atitudes abusivas em um relacionamento. Estas se relacionam desde à dependência conjugal da mulher, que não se apresenta somente em aspectos econômicos e financeiros. Esta dependência em sua maioria desencadeia uma submissão emocional intensa geralmente atrelada a uma visão de inferioridade feminina e de posse masculina, que segundo Tolezano (2015) pode levar a uma visão deturpada de que o homem é o único que pode e consegue “aguentar” sua parceira, que ele sempre tem razão nas conversas ou discussões, ao apelo a chantagens emocionais e ameaças, a repreensão de

comportamentos e/ou atitudes (uso de determinados tipos de roupa, maquiagem, comunicação com outras pessoas etc), a crítica pessoal e exaltação de defeitos causando a diminuição ou anulação da auto estima da companheira, ao controle unilateral dos momentos íntimo-sexuais do casal, agressões físicas e até mesmo ao feminicídio. Discutir as relações entre gênero e patriarcado se faz bastante importante para se tentar entender a existência e persistência dos relacionamentos abusivos que lesam e matam principalmente mulheres em nossa sociedade.

Dentre os principais abusos sofridos por mulheres fora ou dentro de seus laços afetivos que são passíveis de punição perante a Lei nº 11.340 de agosto de 2006 (Maria da Penha) se apresentam: a violência física, sexual, patrimonial, moral e a psicológica que tem como foco este trabalho e é definida como

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006, p.19).

A Lei Maria da Penha foi intitulada desta forma por conta da história de Maria da Penha, mulher brasileira, natural do Ceará que sofreu duas tentativas de assassinato por seu companheiro, saindo paraplégica da primeira em 1983 e só conseguindo ajuda judicial efetiva com a condenação de seu ex-marido em 1991 após a segunda. Esta lei surge como uma forma de ação afirmativa em favor das mulheres que sofrem violência familiar, doméstica e/ou nas suas relações íntimas de afeto. O movimento feminista teve um papel importantíssimo na luta e conquista de uma legislação própria que pudesse enfrentar a impunidade dos agressores e garantir efetivamente o direito a bem-estar e vida das mulheres como cidadãs.

Por conta de todos esses aspectos mencionados e pelas informações descritivas sobre esse grave obstáculo que diversas mulheres podem enfrentar ao longo de suas vidas, é de suma importância o conhecimento sobre tais questões e o debate diante das mesmas, a fim de uma desconstrução sobre ideais patriarcais e de construção de gênero que acabam por dividir a sociedade em polos distintos e hierarquizantes, onde mulheres sofrem e são vítimas.

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada tem como base a utilização do método qualitativo através da metodologia de grupo focal juntamente com o método quantitativo por intermédio do uso de questionário.

A pesquisa qualitativa se apresenta como um método em que se destaca determinadas especificidades dos objetos estudados. O pesquisador tem a oportunidade de partilhar experiências e/ou convívios com as pessoas, para após isso compilar as informações e interpretar seus significados.

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Já com relação à pesquisa quantitativa, é uma forma diretamente ligada a coleta de dados de um respectivo objeto de pesquisa. Essa coleta basicamente é convertida numa comparação do que foi obtido, para assim contemplar um resultado final.

Tem como principal característica a unicidade da forma de coleta e tratamento dos dados. Para isso, necessita coletar um conjunto de informações comparáveis e obtidas para um mesmo conjunto de unidades observáveis (...) Em geral, os estudos quantitativos permitem lidar com predição (inferência estatística) e buscar identificar regularidades (perfil e tendências) ... A análise de dados quantitativos permite um controle maior dos seus achados, pois se baseia em procedimentos estatísticos cuja principal característica é estimar o erro. Essas características contribuem para que seja possível a realização de um teste de hipóteses de modo mais conclusivo (LIMA, 2016, p. 16).

Considero importante o uso dos dois métodos de pesquisa por acreditar que ambos se complementam diante o resultado final que será obtido com o projeto.

5.1. GRUPO FOCAL

De acordo com Morgan (1997) (apud Trad 2009), os grupos focais podem ser definidos por uma técnica de pesquisa que recolhe dados através de relações entre pessoas em grupos, discutindo um tema específico proposto pelo pesquisador. É reforçado também por Kitzinger (2000) (apud Trad 2009) como um método que objetiva reunir informações detalhadas sobre um tópico específico dentro de um grupo com participantes escolhidos, buscando coletar informações que proporcionem compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produtos ou serviços.

A escolha desse método se faz diante a possibilidade de argumentações referentes ao tema proposto, podendo ser captadas as concepções e percepções das mulheres convidadas. A interação em forma de discussão torna-se bastante importante para o reconhecimento dos pontos em comum e/ou divergentes sobre como o abuso é entendido por aquelas que compõem o grupo.

Inicialmente, objetiva-se constituir um grupo focal com no mínimo cinco e no máximo 8 mulheres, sendo a faixa etária das mesmas a partir dos 18 anos de idade, residentes da cidade de Santo Amaro da Purificação, que estejam ou já estiveram em um relacionamento heterossexual. De início as mulheres convidadas partirão do meu convívio social e também às santo-amarenses que já participem de grupos de pesquisa que falem sobre assuntos relacionados a mulher dentro da Unilab. A partir disto pretende-se encontrar pontos em comum referentes às opiniões e visões das futuras participantes no que tange a relacionamentos heteroafetivos abusivos. Espera-se que no decorrer das rodas de conversa as mulheres envolvidas possam tecer observações pertinentes que nos levem a inferir o que está por detrás desses relacionamentos, indicando o que estes apresentam em comum e se determinadas situações apresentam o mesmo significado para elas. Pretende-se com as reuniões propor um convívio mais próximo com as mulheres envolvidas na pesquisa, gerando uma coleta de dados empírica e proveitosa. De acordo os assuntos debatidos, objetiva-se também trazer a troca de informações e novas possíveis formas de pensar os assuntos tratados.

Por se tratar de um tema que considero bastante delicado, no desenvolvimento desse grupo focal pretendo contar com possíveis apoios periódicos de psicólogas e/ou assistentes sociais para um suporte acentuado das mulheres participantes. E caso seja preciso, de acordo ao andamento e interação dos membros encontrados no grupo, entrevistas não estruturadas podem ser úteis para se chegar ao resultado final pretendido.

5.2. QUESTIONÁRIO

Segundo Gil (2008), um questionário se apresenta como uma técnica de investigação que é formada por um conjunto de perguntas, perguntas estas que são submetidas a indivíduos com a finalidade de colher informações sobre comportamento, valores, expectativas, dentre outros aspectos humanos mais subjetivos.

Questionários proporcionam a obtenção de informações de um grande número de pessoas, mesmo que estas estejam separadas numa grande área geográfica, gerando menos gastos, uma vez que podem ser respondidos a distância (ANHEMBI, 2017). Por ser um tema de pesquisa que considero delicado, a utilização deste método me parece um meio eficiente de conseguir respostas práticas e diretas relativas ao assunto, já que há uma garantia de anonimato a quem o responde, evitando constrangimento entre as pesquisadas.

O questionário será apresentado com perguntas fechadas, entregue em escolas (às maiores de 18 anos), comunidades online compostas somente por mulheres de Santo Amaro, nas universidades Unilab campus São Francisco do Conde (às estudantes santo-amarenses) e Cecult-UFRB em Santo Amaro. O pesquisado deve assinalar as alternativas que mais se ajustem às suas características, idéias ou sentimentos (ANHEMBI, 2017). Para esta pesquisa, as perguntas serão de múltipla escolha e entregues ao público específico já citado a fim de compilar dados quantitativos referentes ao mesmo.

Objetiva-se encontrar pontos em comum, de acordo às respostas obtidas, referentes a relacionamentos abusivos. Dentre estes pontos em comum o foco principal está em “o que um relacionamento apresenta de abusivo de acordo com estas mulheres” e “se as mulheres envolvidas na pesquisa encaram as mesmas situações como abusivas ou não”.

6. CRONOGRAMA

Meses	1° semestre/2019	2° semestre/2019	1° semestre/2020	2° semestre/2020	1° semestre/2021
Atividades	-	-	-	-	-
Leituras dos textos e materiais de pesquisa	X				
Pesquisa de campo		X	X		
Análise dos dados obtidos				X	
Conclusão e fechamento do trabalho				X	
Entrega do TCC					X
Apresentação - Banca final					X

REFERÊNCIAS

- ANHEMBI, Equipe. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www2.anhembri.br/html/ead01/metodologia-pesquisa-cientifica-sequencial/lu03/saibamais.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- BERTHO, Helena. **De fetiche a solidão: os desafios das mulheres trans nos relacionamentos**. [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/01/31/de-fetiche-a-violencia-os-desafios-das-mulheres-trans-nos-relacionamentos.htm>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- BRASIL. Lei nº 11.340/06, de 7 de agosto de 2006. **Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar**. Brasília – 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Record, 2003.
- CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, 2003.
- G1. **Bahia registra 15.751 casos de violência contra a mulher em 5 meses**. Salvador, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/bahia-registra-15751-casos-de-violencia-contr-a-mulher-em-5-meses.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6.ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- LIMA, Márcia. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP. 2016.
- LIMA, Marwyla Gomes de. **Lei Maria da Penha em Natal/RN: limites e possibilidades no combate à violência de gênero contra a Mulher**. Natal, RN, 2010. Dissertação de Mestrado.
- MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas, Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf**, 2014.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2004.
- SEGATO, Rita. Entrevista. **Una falla del pensamiento feminista es creer que la violencia de género es un problema de hombres y mujeres**. Florencia Vizzi e Alejandra Ojeda Garnero. Conclusión. Agosto, 2017. Disponível em: <<https://www.conclusion.com.ar/info-general/una-falla-del-pensamiento-feminista-es-creer-que-la-violencia-de-genero-es-un-problema-de-hombres-y-mujeres/08/2017/>>. Acesso em: 22 mai. 2018.
- SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008.

TOLEZANO, J. **Não tira o batom vermelho**. Youtube, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>>. Acesso em: 17 out. 2017.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 19, p. 777-796, 2009.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1.ed., São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2017

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1.ed., Brasília: A Pública, 2015. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/03/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.